

Editorial

Educação formal, não-formal e informal: transversalidades e inter-relações

ANA LUISA DE OLIVEIRA PIRES¹

ana.luisa.pires@ese.ips.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

A educação é, na sociedade contemporânea, entendida numa perspectiva abrangente e alargada, à luz de um quadro de pensamento que valoriza a diversidade de processos e modalidades educativas que ocorrem ao longo da vida, em diferentes contextos e situações, para além dos escolares. Estes processos, que ocorrem em tanto em contextos formais, como não-formais e informais, promovem

aprendizagens significativas, contribuindo para o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos, ao longo do ciclo de vida.

É inegável que a aprendizagem, na perspectiva do sujeito que aprende, é um processo global e integrativo, indissociável das trajectórias de vida e dos contextos em que este se situa e intervém. Do ponto de vista educativo, torna-se por isso fundamental compreender a diversidade

¹ Por opção da autora, este texto não segue o novo Acordo Ortográfico.

de situações que promovem aprendizagens ao longo da vida e que contribuem para a mudança, tanto a nível individual como colectivo. A diversificação e interconexão de contextos de aprendizagem, a mudança de localização e de papel dos agentes educativos, a construção de novas relações de aprendizagem (Young, 1998)², contribuem, entre outros aspectos, para a reconfiguração das concepções e práticas educativas.

Assim sendo, entendemos pertinente dar visibilidade, explorar e interrogar as dinâmicas que, sustentadas em processos de aprendizagem diversos, emergem em diferentes contextos educativos e contemplam diferentes grupos ao longo do ciclo de vida, principalmente de públicos adultos.

Foi com essa finalidade que decidimos trazer a público este número especial da Revista Medi@ções, procurando explorar transversalidades e inter-relações entre concepções e práticas de educação formal, não-formal e informal.

Em termos teóricos e conceptuais, a trilogia do formal, não-formal e informal tem sido frequentemente mobilizada para balizar e analisar

a grande diversidade de práticas existentes, suportadas em distintas finalidades, princípios, pressupostos e formas de organização. A nível empírico, a delimitação e enquadramento das práticas educativas em tipologias pré-definidas apresenta diversas limitações, dada a sua complexidade e frequente hibridismo, o que também nos leva a questionar o alcance e pertinência de tais exercícios, visto que as fronteiras se tornam cada vez mais fluidas.

Tal como refere Edwards (1997)³, assistimos à des-diferenciação das fronteiras da educação/formação, que se vão tornando cada vez menos diferenciadas e mais permeáveis entre si, permitindo construir novas relações e promover os fluxos de conhecimento.

Assim sendo, torna-se fundamental compreender, numa perspectiva multidisciplinar, o potencial educativo dessas modalidades e situações que se situam para além dos territórios da educação formal, e que, ao emergirem em espaços de cruzamento entre o formal, o não formal e o informal, abrem pistas para equacionar e delinear novas propostas educativas.

Na nossa opinião, os artigos que fazem parte deste número especial

² Young, Michael (1998) *The curriculum of the future. From the "new sociology of education" to a critical theory of learning*. Falmer Press, London

³ Edwards, R. (1997), *Changing places? Flexibility, lifelong learning and a learning society*. Routledge, London

da Revista Medi@ções constituem contributos imprescindíveis para a compreensão da transversalidade desta temática, na medida em que abordam diferentes dinâmicas, modalidades e situações de aprendizagem que se desenvolvem na interface e cruzamento do que é considerado de formal, não formal e informal em educação.

Este número temático é constituído por sete artigos, da autoria de docentes e investigadores que têm estudado e/ou implementado práticas formativas diferenciadas, desenvolvidas em distintos campos educativos e sociais — formação de adultos, formação de professores, RVCC⁴, alfabetização, voluntariado, ... — encontrando-se nestes artigos alguns pontos de convergência, nomeadamente a constatação da interpenetração e complementaridade existente entre os domínios do formal, não formal e informal, os quais, não sendo estanques, contêm a potencialidade de estabelecer entre si uma articulação fecunda, promissora, geradora de novas possibilidades educativas.

O primeiro artigo, da autoria de Ana Bruno, “Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a

outros contributos”, constitui uma análise de natureza teórico-conceptual sobre a educação formal, não formal e informal. A autora apresenta e analisa estes conceitos segundo as perspectivas de autores de referência na área (Canário, Trilla Bernet, LaBelle, Rogers, Gohn, Pain, entre outros), discutindo o âmbito e a adequação desta trilogia, marcada por “ambiguidades, tensões e oposições”, bem como identifica os seus principais contributos para a compreensão dos fenómenos educativos contemporâneos.

A autora apresenta os aspectos críticos articulados com o pensar a educação a partir destes conceitos, recuperando outras matrizes que permitem olhar para os “atravessamentos e contaminações” das práticas educativas, procurando dar conta do cruzamento e da multidimensionalidade destes processos. Ana Bruno propõe ainda, a partir das propostas de Gadotti e Illich, pistas para pensar modos alternativos de aprendizagem e de construção de saberes. Como explicita, “procurando o questionamento e a operacionalização de conceitos a partir uma abordagem abrangente sobre as dinâmicas que

⁴ Processos de Reconhecimento, Validação, Certificação de Competências, desenvolvidos no âmbito dos Centros de Novas Oportunidades

se estabelecem entre práticas, contextos e actores”.

O segundo artigo, de Nair Rios Azevedo, “Esta é uma escola diferente. Alfabetizando adultos em contexto não-formal”, centra-se na apresentação de uma investigação /intervenção de carácter inovador: um projecto de alfabetização de adultos de natureza não-formal, assente numa abordagem pela arte.

Este projecto, “Ler com Arte”, é desenvolvido com um grupo de adultos de origem Africana residente em Portugal, em que a alfabetização é entendida como “instrumento de literacia e utiliza a arte como principal recurso pedagógico”. Baseando-se na metodologia da Investigação-Acção, que articula acção e reflexão com vista à transformação e à mudança, a autora partilha o processo desenvolvido com o grupo, pondo em evidência “o compromisso com a transformação e desenvolvimento das pessoas, a literacia enquanto leitura do mundo e a arte como (pre)texto”. Do ponto de vista teórico, Nair Azevedo mobiliza, para além de outros autores, os contributos de Paulo Freire, destacando que o Ler com Arte se encontra impregnado pela ideia da co-construção da pessoa, e pode ser entendido como uma resposta ao desafio colocado pelo autor, quando este afirma que “é na *inserção* no mundo e não na *adaptação* a ele que

nos tornamos seres históricos e éticos, capazes de optar, de decidir, de romper” (Freire, 2000, p.90).

O terceiro artigo, “Aprendizagem informal, bem estar e envelhecimento positivo”, é da autoria de Maria José Gonçalves, e, a par do anterior, apresenta uma investigação/intervenção que se enquadra na metodologia da Investigação-Acção. A autora relata uma experiência educativa de natureza informal, realizada em contexto comunitário urbano com um grupo de mulheres com idades superiores a 50 anos, em que assumiu o duplo papel de investigadora/interveniente/voluntária.

O artigo, que apresenta uma breve reflexão sobre a dificuldade de estabelecer fronteiras claras entre domínios, ilustra as dificuldades em destringir as aprendizagens realizadas pelas participantes do grupo em termos de não-formal e informal, procurando ainda evidenciar que as “aprendizagens, comportamentos, estilos de vida e (re)criação identitária na maturidade e na velhice podem ser influenciados pelo nível de educação formal a que se teve acesso”. Maria José Gonçalves articula as noções de identidade e de tempo com os processos de aprendizagem informal na terceira idade, identificando as principais aprendizagens realizadas pelas mulheres bem como os contributos da

sua participação no grupo, destacando a restauração da auto-estima e o desejo de se projectarem de forma positiva no futuro.

Teresa Gonçalves e Elisabete Gomes são as autoras do quarto artigo, “Re-Imaginar o desenvolvimento profissional contínuo de professores: O projeto 10X10 da Fundação Calouste Gulbenkian”, em que se analisa uma experiência inovadora de formação de professores implementada pela Fundação Calouste Gulbenkian — com docentes de várias áreas científicas do ensino secundário — e que assenta numa parceria colaborativa, tendo como formadores professores e artistas. É um projecto que articula de forma inovadora duas comunidades — a educativa e a artística — integrando ainda a vertente da educação não formal com a formal. Do ponto de vista teórico, o texto apresenta a tipologia de Sachs (2009) e argumenta a defesa de uma nova concepção de Desenvolvimento Profissional de Contínuo de professores (DPC), que também é ilustrada pelo projecto 10X10. Como referem as autoras, “o exercício de análise que aqui propusemos permitiu, não a classificação de um projeto empírico a partir de uma perspectiva teórica prévia, mas antes evidenciar o valor heurístico da interdiscursividade entre teoria da educação e experiências pedagógicas em curso.” As autoras propõe a

“transgressão” dos limites da educação e da aprendizagem formal e não formal, subvertendo as lógicas de hierarquização de conhecimentos (do formador e do professor em formação) e a valorização do trabalho dos professores.

O quarto e o quinto artigo dizem respeito à problemática do reconhecimento e validação das aprendizagens não formais e informais. Como se sabe, esta é uma área relativamente recente em termos de intervenção e investigação educativa, mas que se reveste de uma profunda relevância social, profissional, económica e pessoal. De facto, foi principalmente a partir do início dos anos de dois mil que os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) adquiriram visibilidade no âmbito da implementação de um sistema nacional de RVCC, tendo-se constituído como um eixo estruturante das políticas de educação e formação de adultos em Portugal. Os artigos que se apresentam ilustram aspectos distintos mas complementares da mesma realidade, sendo analisados a partir de diferentes questões e enquadramentos teóricos.

O artigo de Sandra Simplício e de Cláudia Neves, “Os sentidos da Aprendizagem ao longo da Vida na Educação de Adultos: dos debates

teóricos às percepções sobre os impactos do processo RVCC a nível pessoal, profissional e pessoal”, apresenta os resultados de uma investigação de natureza qualitativa centrada nas percepções dos adultos, procurando compreender quais foram os impactos que a frequência do processo RVCC de nível secundário teve ao nível pessoal, profissional e social do grupo estudado. As autoras procuram neste artigo explorar contradições e potencialidades dos debates teóricos, analisar o enquadramento político e compreender as percepções individuais, partindo de uma perspectiva macro — contextualização das políticas nacionais de aprendizagem ao longo da vida — e chegando a uma perspectiva micro — as percepções dos actores envolvidos no processo RVCC num Centro de Novas oportunidades. O estudo realizado a nível empírico evidencia uma “percepção bastante positiva” relativamente aos impactos do processo nas suas vidas, sendo a vertente mais valorizada a pessoal, seguindo-se a profissional e por fim a social. O estudo também evidencia a importância que os adultos atribuem aos processos de formação (não formais e informais) na actual sociedade.

“Aprendizagens e Histórias de vida da classe trabalhadora portuguesa: a importância das emoções, das práticas e da reflexão identitária-

biográfica”, da autoria de Pedro Abrantes, dá conta de uma investigação que cruza os conceitos de educação formal, não formal e informal a partir da análise das autobiografias realizadas por um grupo de adultos no âmbito dos processos de RVCC, realizados nos Centros de Novas Oportunidades. O autor aprofunda “três mecanismos centrais nos processos de aprendizagem ao longo da vida destes adultos – as emoções, as práticas e a reflexão identitária-biográfica – observando como, em cada um deles, se combinam (ou desentendem) os processos de educação formal, não-formal ou informal”. Desta forma, o autor procura evidenciar como é que a educação de adultos, trabalhada a partir da centralidade da pessoa que se forma e do recurso a estratégias autobiográficas, se pode constituir como um espaço privilegiado em que as dimensões formais e informais se articulam e se potencializam. Como refere Pedro Abrantes, o processo RVCC “conferiu aos indivíduos uma maior consciência e sensibilidade face aos processos educativos informais e não formais, frequentemente negligenciados, mas também um maior interesse e confiança na educação formal, sendo que muitos dos trabalhadores revelaram, no final da sua participação, um projeto consistente de ampliar os seus estudos, através da frequência de cursos profissionais e/ou

superiores”.

A fechar este número temático, apresentamos o artigo de Mariana Alves — “As dimensões formal, não-formal e informal em educação: visibilidade, relevância e reinvenção na pesquisa e ação educativas” —, em que a autora nos dá conta de um estudo exploratório realizado com trabalhos de investigação desenvolvidos na Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento (FCT-UNL). A reflexão tem assim como base a meta-análise realizada com pesquisas doutorais centradas em temáticas que intersectam o formal, não-formal e informal, estudos que “procuram dar visibilidade e/ou examinar e/ou interrogar dinâmicas reais e potenciais de intersecção entre diferentes contextos e modalidades educativas, orientadas para diferentes grupos ao longo do ciclo de vida.” Evidenciando a dificuldade em “delimitar claramente as fronteiras”, Mariana Alves revisita as concepções de autores referência (Canário, Rogers, Trilla Bernet), o que lhe permite “reforçar a ideia de que as mesmas não são facilmente operacionalizáveis, na medida em que as fronteiras entre contextos mais e menos formais têm um carácter muitas vezes ténue (Alves, 2013)”. Assim sendo, destaca a relevância da exploração das intersecções e transversalidades destas dimensões. Em termos de

conclusão, a autora constata que as pesquisas realizadas “contribuem para dar visibilidade às dimensões não-formal e informal em educação, bem como às suas inter-relações com os contextos formais” e que se enquadram na actual tendência de valorização de diferentes modos de aprendizagem que não apenas a escolar. Destaca ainda, por outro lado, a importância do estudo das transversalidades e inter-relações noutros grupos que não apenas os adultos, considerando que esta problemática é transversal aos diferentes grupos etários.

A qualidade e a pertinência dos artigos que compõe este número temático da Revista Medi@ções permitem-nos compreender a importância que a temática da transversalidade e inter-relações entre educação formal, não formal e informal assumem na sociedade contemporânea. As reflexões apresentadas evidenciam de forma inegável o potencial educativo de distintas situações que ocorrem na interpenetração e cruzamento de diferentes áreas, contextos, actores e saberes.

Para além de destacar o interesse dos textos em termos teórico-conceptuais e empíricos, também gostaria de chamar a atenção para a dimensão metodológica dos estudos que suportam os artigos, evidenciando o cariz qualitativo e interpretativo das investigações

realizadas, entre os quais se destaca a investigação-acção, as Histórias de Vida e as abordagens autobiográficas.

A investigação em educação é, de acordo com Teresa Ambrósio (2001)⁵, uma componente essencial da prática educativa, que se pretende inovadora e reflexiva. É um processo hermenêutico de construção de saberes, procurando o sentido dos actos e dos produtos nos contextos onde essas práticas são desenvolvidas, pelo que as abordagens de natureza qualitativa são as que melhor se adequam a esta intencionalidade.

Desejamos que a leitura deste número especial da Revista Medi@ções possa contribuir para alargar e enriquecer a reflexão, construindo novos quadros de inteligibilidade desta temática, bem como ensaiar e desenvolver práticas educativas inovadoras, assentes numa matriz ética e estética que permitam “transgredir”, transformar e fazer evoluir as lógicas dominantes.

Não podemos finalizar sem manifestar o nosso agradecimento aos

colegas — da ESE- IPS e de outras instituições de ensino superior — que participaram no processo de revisão dos artigos, contributo que foi fundamental para a qualidade do número temático da Revista Medi@ções que agora se apresenta: Ana Maria Pessoa, António Vasconcelos, Belmiro Cabrito, Carla Cibelle Figueiredo, Carmén Cavaco, Fátima Antunes, Fernanda Botelho, Joana Brocardo, Joana Campos, Jorge Pinto, Luisa Solla, Luís Capucha, Teresa Oliveira e Patricia Arguello.

Setúbal, 20 Junho 2014

⁵ Ambrósio, T. (2001) “Autonomia de investigação” in *Educação e Desenvolvimento – Contributo para uma mudança reflexiva da Educação*. Lisboa: UIED.

Nota Biográfica

Ana Luisa de Oliveira Pires é licenciada em Psicologia, Mestre e Doutora em Ciências de Educação. É Professora Coordenadora na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal e membro da Comissão Coordenadora da Unidade de Educação e Desenvolvimento (UIED) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL).